

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES PREVENTIVAS AO CORONA VÍRUS NO BRASIL

REQUERIMENTO Nº /2021

(Do Deputado Alexandre Padilha e da Deputada Professora Rosa Neide)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão Externa para debater e acompanhar as ações preventivas de combate ao Coronavírus no Brasil, com especial atenção à vacinação dos profissionais da educação e o retorno seguro às aulas.

Senhor Coordenador,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro a Vossa Excelência, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, visando que sejam debatidas as ações preventivas de combate ao Coronavírus no Brasil, com especial atenção à vacinação dos profissionais da educação e o retorno seguro às aulas.

Por este motivo sugerimos que sejam convidados para a presente audiência pública as representações da CNTE, CONTEE, UBES, CONASS, MINISTÉRIO DA SAÚDE E PESQUISADOR(A) DA ÁREA.

JUSTIFICAÇÃO

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, divulgado pelo Ministério da Saúde, já coloca os profissionais de educação entre os grupos prioritários, mas na quarta fase de vacinação. Mas é preciso maior prioridade para este grupo.

No dia 14/01, foi lançado o movimento “Profissionais da Educação: vacina já!”, capitaneado por vários deputados federais como o Idilvan Alencar (PDT-CE) e a Deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), ao qual nos somamos. A campanha pede que os profissionais de educação tenham prioridade na vacinação contra a Covid-19. O movimento tem apoio de muitas entidades educacionais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e o movimento Todos Pela Educação, que estiveram presentes em evento on-line de lançamento no último mês de janeiro. Governadores(a) e prefeitos também se posicionam a favor.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza que mais de 1,5 bilhão de estudantes foram afetados pelo fechamento das escolas no mundo todo. Sabemos que quanto mais tempo um estudante fica longe da escola, maiores são as chances de abandoná-la, o que será um enorme prejuízo adicional para nossa população.

Não é por outra razão que a reabertura das escolas está no centro do debate educacional por todo o país. Sua importância é um consenso entre a comunidade educacional,

gestores, profissionais da educação, pesquisadores e, sobretudo, desejo de estudantes. Contudo, o retorno deve ser seguro e, por isso, o debate gira em torno de quando isso deve acontecer, e sob quais condições. Uma delas é a vacinação e, uma via, é a priorização dos trabalhadores em educação, com maior relevo e celeridade.

Doutora em epidemiologista e pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Ethel Maciel destacou em debate que estudos recentes trazem novas informações e evidências de que a escola é um importante local de transmissão da Covid-19 e que as crianças são grandes transmissoras. No Reino Unido, escolas se mostraram locais de transmissão mais importantes que os hospitais. De acordo com relatórios da Public Health England, agência governamental de saúde pública britânica, 26,5% dos surtos de infecção entre outubro e dezembro de 2020 tiveram ligação com escolas e instituições educacionais, enquanto apenas 8% ocorreram em hospitais (ver mais em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-namidia/73692-na-fila-da-vacinacao>, acesso em 04/02/2021).

Sabemos que a vacinação de todos e todas é um dever do Estado brasileiro e deve ser garantida. Sabemos, também, que dada a indisponibilidade de vacinas para todos e todas, no atual momento, é realizada uma priorização de setores e grupos mais vulneráveis dentro do Planejamento mais amplo que deve estar sob coordenação do Executivo Federal, em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios. Entre eles devem ser priorizados os/as trabalhadores/as em educação.

Não se trata, por óbvio, de propor “furar fila” ou passar na frente de ninguém. Trata-se de promover maior diálogo e reflexão de modo que os profissionais da educação sejam mais brevemente alcançados no processo de planejamento dessas etapas e que o governo tenha coerência ao tomar decisões que envolvam a vacinação para todos e todas à luz de um retorno seguro às aulas. Para isso, é também necessário que o Governo intensifique o processo de produção e aquisição de vacinas.

Se queremos um retorno seguro às aulas, nos parece coerente que tais profissionais da educação sejam considerados entre os grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização e seus desdobramentos nos entes federativos. Necessário promover amplo diálogo e cooperação federativa para que os gestores das três esferas, da saúde e educação, adotem medidas urgentes de vacinação.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de Março de 2021

Deputado **ALEXANDRE PADILHA**
PT-SP

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT



Requerimento **(Da Sra. Professora Rosa Neide)**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão Externa para debater e acompanhar as ações preventivas de combate ao Coronavírus no Brasil, com especial atenção à vacinação dos profissionais da educação e o retorno seguro às aulas. Convidados: CNTE, CONTEE, UBES, CONASS, MINISTÉRIO DA SAÚDE E PESQUISADOR(A) DA ÁREA

Assinaram eletronicamente o documento CD211102663500, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 2 Dep. Alexandre Padilha (PT/SP)